Julia Maurmann Ximenes

A pesquisa científica aplicada no Direito



A pesquisa científica aplicada no Direito



38

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Reitor: Marco Tullio de Castro Vasconcelos

EDITORA MACKENZIE

Coordenador: John Sydenstricker-Neto

Conselho Editorial

Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota

Elizeu Coutinho de Macedo

Helena Bonito Pereira

João Baptista

Jônatas Abdias de Macedo

José Francisco Siqueira Neto

José Paulo Fernandes Júnior

Karl Heinz Kienitz

Luciano Silva

Marcel Mendes

Vladimir Fernandes Maciel

COLEÇÃO CONEXÃO INICIAL

Diretora: Maria Lucia Marcondes Carvalho Vasconcelos

A pesquisa científica aplicada no Direito



© 2021 Iulia Maurmann Ximenes

Todos os direitos reservados à Editora Mackenzie. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Mackenzie.

> Coordenação editorial: Jéssica Dametta Preparação de texto: Jéssica Dametta Revisão: Élcio Carvalho Capa e diagramação: Pedro Videira Pancheri Projeto gráfico: Ana Claudia de Mauro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

X6p Ximenes, Julia Maurmann.

A pesquisa científica aplicada no direito. / Julia Maurmann Ximenes. – São Paulo : Editora Mackenzie, 2021.

85 p.: il; 23 cm. - (Coleção Conexão Inicial; 38).

Inclui referências bibliográficas, bibliografia comentada, glossário e índice. ISBN 978-65-5545-423-9

1. Metodologia de pesquisa – Direito. 2. Ciência – Pesquisa. 3. Redação técnica. 4. Pesquisa jurídica. I. Título. II. Série.

CDD 001.42026

Bibliotecária Responsável: Jaqueline Bay Inacio Duarte - CRB 8/9509

EDITORA MACKENZIE

Rua da Consolação, 930 Edifício João Calvino, 6º andar São Paulo – SP – CEP 01302-907 Tel.: (5511) 2114-8774 (*editorial*) editora@mackenzie.br www.mackenzie.br/editora

Editora afiliada:





Sumário

Sobre a autora	7
Introdução	9
A construção do conhecimento científico	13
Pesquisa científica e pesquisa instrumental: duas	
abordagens distintas	14
Definindo o objeto de pesquisa: o tema	19
O tripé da pesquisa: problema, hipótese e marco teórico	23
Desenhando a metodologia	33
As fontes de pesquisa	36
A natureza dos dados	39
As técnicas de pesquisa	43
A aplicação do conhecimento e seus diferentes formatos	61
A redação do texto: diferentes formatos	63
Construindo o sumário	65
Considerações finais	67
Referências	69
Bibliografia comentada	77

Glossário	· · · · · ·	• • • •	• • • •	• • • • •	• • • • • •	• • • • • •	• • • • • • • •	. 81
Índice						• • • • • •	• • • • • • • •	. 83

Sobre a autora

Julia Maurmann Ximenes é advogada, pesquisadora, professora e orientadora de trabalhos científicos na graduação, pós-graduação *lato sensu*, mestrado e doutorado. Doutora em Sociologia Política pela Universidade de Brasília (UnB) e mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). Realizou pós-doutorado em Direito na Universidade da Califórnia (Davis). É professora do Programa de Doutorado Profissional em Políticas Públicas da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília, onde também ocupa o cargo de Coordenadora de Pós-Graduação e Extensão.

Introdução

O estilo de fazer pesquisa no campo jurídico nos cursos de graduação e pósgraduação tem mudado muito na última década. A conscientização sobre o processo de construção do conhecimento que ultrapasse a reprodução e valorize o papel da metodologia tem sido objeto de muitas publicações¹.

O presente livro encontra-se nesse contexto, mas, de imediato, busca suprir uma lacuna para os alunos-pesquisadores: a diferenciação entre a pesquisa e a produção de textos realizada pelos operadores do Direito no cotidiano profissional e a pesquisa científica propriamente dita.

Para pesquisadores experientes, essa é uma diferença básica e até óbvia, mas, para professores que orientam trabalhos de conclusão de curso (TCC), orientadores de mestrado e doutorado e alunos desses diferentes níveis, nem sempre é assim. Com frequência, as dúvidas surgem, e encontramos trabalhos com vícios de linguagem, com manualismo, argumentos de autoridade, capítulos históricos desconectados do problema de pesquisa, perguntas-problema amplas e valorativas, para citar alguns exemplos que trataremos no decorrer desta obra.

O advogado e o magistrado que estudam e aprofundam os casos para elaborar uma argumentação estão fazendo pesquisa. Contudo, essa pesquisa não é científica, e a diferença precisa ser muito bem esclarecida para evitar equívocos ainda recorrentes em trabalhos científicos no campo da pesquisa jurídica. E, aqui, uma importante ressalva: a pesquisa dogmática não é, necessariamente, sinônimo de pesquisa científica. Conforme será

¹ Abordaremos o conteúdo de várias delas no decorrer do livro, como Machado (2017), Queiroz e Feferbaum (2019), além de muitos artigos científicos, apresentando o processo de construção de conhecimento jurídico em suas pesquisas.

explicitado, a fonte de pesquisa pode ser dogmática, mas, em geral, não é exclusivamente pois demandará outros tipos de fontes.

Portanto, o objetivo não é apresentar regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) nem reproduzir o sumário de vários manuais de metodologia. A proposta é justamente destacar os diferentes momentos do processo de construção do conhecimento científico no campo da pesquisa jurídica.

Para isso, o livro foi dividido em três capítulos. O primeiro aborda o processo de conhecimento científico, apresentando a diferenciação entre pesquisa jurídico-instrumental e pesquisa jurídico-científica, e a definição do tema e do tripé de pesquisa: problema, hipótese e marco teórico.

O segundo capítulo trata do elemento essencial para qualquer pesquisa científica: a metodologia. Quais são as fontes de pesquisa? Qual é a natureza dos dados, qualitativa ou quantitativa? O que é pesquisa empírica? O que são técnicas de pesquisa? Essas são algumas perguntas que esse capítulo busca responder. Ao final, apresenta-se a estrutura de três técnicas recorrentes na pesquisa jurídica brasileira mais recente: o estudo de caso, a análise de conteúdo e a Análise Crítica do Discurso.

No último capítulo, descreve-se a relação entre a pesquisa realizada e a construção do texto final, ou relatório de pesquisa, independentemente do formato (artigo, monografia, dissertação ou tese), incluindo um tópico sobre o desenho do sumário, elemento importante para o processo em si, seja para o aluno-pesquisador, seja para o professor orientador.

Os três capítulos iniciam-se com a descrição dos objetivos de aprendizagem, que permitem ao leitor compreender as metas de cada um, isto é, quais são os principais conceitos que deverá compreender ao final da leitura.

Ao longo dos capítulos, dois elementos gráficos são apresentados para auxiliar na compreensão dos diferentes conceitos, listados no Glossário ao final do livro:

- 1. Tome nota: dicas curtas a partir do elemento que está sendo apresentado no texto.
- 2. Mapa de conceitos: a visualização auxilia na compreensão do processo de pesquisa, por isso cada capítulo apresenta um mapa conceitual, cujos elementos estão na lista do Glossário.

Assim, o desafio para o leitor que começa a ler este livro é desapegar-se de práticas profissionais e do ranço da metodologia, resumindo-a a regras da ABNT. Nossa proposta é demonstrar que a pesquisa científica no Direito demanda dedicação nas diferentes etapas de construção do conhecimento científico, um processo em constante formação.

Esperamos alcançar essa proposta.

Boa leitura!

A PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA NO DIREITO

A pesquisa é uma prática cotidiana dos que exercem as diferentes profissões do campo jurídico (advogados, juízes, promotores, defensores, procuradores, entre outros). Contudo, essa pesquisa não é considerada científica – ela é instrumental e operacional. Ela busca apresentar dados que comprovem a defesa de uma causa, de uma opinião, de uma decisão definida previamente. A pesquisa científica tem outro perfil – não há "causa" a ser defendida, não há um "dever ser" a explorar. Este livro tem como objetivo guiar o caminho de pesquisadores do Direito na produção e construção de conhecimento científico, abordagem analítica essencial para a investigação de temas jurídicos.



